



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

CONTRATO N° 272021

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE VESTUÁRIOS PARA UNIFORMES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES, ESTADO DE SERGIPE E A EMPRESA JKM COMÉRCIO INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES E SILK SCREEN LTDA, CONFORME ADIANTE.

O MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DE LOURDES, ESTADO DE SERGIPE, neste ato representado por sua Prefeitura, localizada à Av. Senador Leite Neto, n°. 80, Centro, Nossa Senhora de Lourdes/Se, inscrita no CNPJ sob o n°. 13.113.766/0001-24, doravante denominada simplesmente **PREFEITURA**, aqui representada pelo Senhor **LAERTE GOMES DE ANDRADE**, brasileiro, maior, capaz, Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **JKM COMÉRCIO INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES E SILK SCREEN LTDA**, sediada à Rua Laranjeiras, 1533, Bairro Getúlio Vargas, cidade Aracaju, Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ n° 00.773.352/0001-80, aqui representada pelo seu eu proprietário Sr(a)° **JOSÉ CRISTIANO VIEIRA SANTOS**, brasileiro(a), maior, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n° 356.721.965-00 e RG sob n° 782.730 SSP/SE residente e domiciliado(a) na cidade de Aracaju/Se, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e contratado o integral cumprimento das cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1 - O presente contrato vincula-se às determinações da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal n°. 49, de 19 de junho de 2020, aplicando-se, no que couber, subsidiariamente, as disposições do Decreto Federal n° 10.024, de 20 de setembro de 2019 e da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e posteriores alterações, e as exigências e condições gerais do Edital da Licitação modalidade Pregão Eletrônico n°. 09/2021 e a proposta elaborada pela **CONTRATADA**, passando tais documentos, a fazerem parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Fornecimento de vestuários para uniformes dos alunos e funcionários da secretaria municipal de educação do município de Nossa Senhora de Lourdes/SE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. De acordo com a adjudicação no site www.bnc.org.br do Bolsa Nacional de Compras (BNC), segue abaixo o(s) Item(ns) e quantidade(s) pela empresa vencedora, tal como o valor unitário e global final homologado:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
1	CAMISA COM MANGA CURTA EM MALHA PV (COMPOSTA DE 67% DOS FIOS DE POLIÉSTER E 33% DE VISCOSE), NA COR BRANCA, COM GOLA EM V E PUNHOS PADRONIZADOS (COM LISTA AZUL) EM POLIÉSTER 100%, COM SUBLIMAÇÃO NA FRENTE E COSTAS.TAMANHOS VARIADOS PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	JeM	UND	2.000	10,75	21.500,00

JOSE
CRISTIANO
VIEIRA
SANTOS:356
72196500

Assinado de forma digital por JOSE

CRISTIANO VIEIRA Av. Senador Leite Neto, 80 – Centro – CEP: 49.890-000 – Nossa Senhora de Lourdes – SE
SANTOS:35672196 CNPJ 13.113.766/0001-24 - Telefone (79) 3316.1195/1234

500
Dados: 2021.08.13
15:27:08 -03'00'





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

2	CAMISA POLO EM MALHA PIQUET DE COR AZUL, COM O SÍMBOLO DA GESTÃO MUNICIPAL NO PEITO ESQUERDO E ABAIXO A SILA SEMED, E NAS COSTAS O TERMO "SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO". TAMANHOS VARIADOS PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	JeM	UND	40	30,00	1.200,00	✓
3	MÁSCARAS DE PROTEÇÃO, CONFECCIONADAS EM DUPLA CAMADA DE TECIDO ALGODÃO 100%, REUTILIZÁVEL, NO MODELO BICO DE PATO, NA COR AZUL CELESTE, PERSONALIZADAS, MEDINDO: LARGURA:12CMX ALTURA: 15CM – CUMPRIMENTO TOTAL: 17CM	JeM	UND	2200	2,45	5.390,00	✓
4	SHORT EM MALHA ELANCA, NA COR AZUL MARINHO, E BRANCO NAS LATERAIS, ELÁSTICO COM QUATRO COSTURAS, COM SUBLIMAÇÃO NA PERNA ESQUERDA. TAMANHOS VARIADOS PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	JeM	UND	1000	11,45	11.450,00	✓
5	SHORT-SAIA EM MALHA ELANCA, NA COR AZUL MARINHO, COM SUBLIMAÇÃO NA FRENTE. TAMANHOS VARIADOS PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.	JeM	UND	1000	13,45	13.450,00	✓
VALOR TOTAL						R\$ 52.990,00	✓

3.2. Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre a realização do fornecimento, inclusive a margem de lucro.

3.3. O valor total do Contrato é de **R\$ 52.990,00** (cinquenta e dois mil novecentos e noventa reais).

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será até 31 de dezembro de 2021, contados a partir da sua assinatura, conforme legislação.

CLÁUSULA QUINTA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Efetuar a entrega do objeto no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do envio da Ordem de Fornecimento/Empenho, em perfeitas condições, conforme especificações contidas deste Termo, de acordo com a apresentação da amostra a qual foi aprovada, no prazo e local constantes neste, acompanhado da respectiva nota fiscal;

5.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da Prefeitura, correndo todos custos por conta da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

JOSE
CRISTIANO
VIEIRA
SANTOS:35
672196500

Assinado de
forma digital por
JOSE CRISTIANO
VIEIRA
SANTOS:3567219
6500
Dados: 2021.08.13
15:27:27 -03'00'

Av. Senador Leite Neto, 80 – Centro – CEP: 49.890-000 – Nossa Senhora de Lourdes – SE
CNPJ 13.113.766/0001-24 - Telefone (79) 3316.1195/1234





ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

5.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do fornecimento.

5.4. Todos os produtos deverão estar em conformidade com o solicitado.

5.5. Se a Contratada não cumprir o prazo de entrega, sem justificativa formal aceita pelo Contratante, decairá seu do direito de fornecer os produtos adjudicados, sujeitando-se as penalidades previstas no edital, sendo convocados os licitantes remanescentes, em ordem de classificação.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.1.1. Será anotado em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas ao fornecimento dos produtos, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO E REAJUSTE

7.1. Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos produtos, conforme quantidade fornecida e mediante apresentação das notas fiscais/faturas, com o devido atesto do fornecimento, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado, devendo apresentar, os seguintes documentos, dentro dos seus prazos de validade:

- a) Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- b) Certidão Negativa de Tributos para com a Fazenda Municipal, expedida pela Prefeitura Municipal (Sede do Licitado);
- c) Certificado de Regularidade perante a Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 01/05/43;
- e) Certificado de Regularidade de Situação (CRS) para com o FGTS.

7.1.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.2. Não haverá reajuste de preços, durante o período contratado, exceto em caso superveniente de fato excepcional ou imprevisível.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGACÕES

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

JOSE
CRISTIANO
VIEIRA
SANTOS:3567
2196500

Assinado de forma
digital por JOSE
CRISTIANO VIEIRA
SANTOS:35672196
500
Dados: 2021.08.13
15:27:41 -03'00'

Av. Senador Leite Neto, 80 – Centro – CEP: 49.890-000 – Nossa Senhora de Lourdes – SE
CNPJ 13.113.766/0001-24 - Telefone (79) 3316.1195/1234





ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

- 8.1.3. Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento da Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;
- 8.1.6 O MUNICIPIO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente documento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. São obrigações da Contratada:

- 8.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda;
- 8.2.2. Efetuar a entrega do objeto no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 8.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste documento, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.2.6. Cumprir com a legislação vigente inerente ao objeto, inclusive com todos os encargos tributários, fiscais, trabalhista, devendo arcar ainda, com todas as despesas e custos necessários ao cumprimento do objeto.
- 8.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do fornecimento.
- 8.3 Não será admitida a **subcontratação do objeto licitado**.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 As sanções contratuais serão: advertência; multa; suspensão temporária para participação em licitação e impedimento de contratar e declaração de inidoneidade, observando-se:

- a) **ADVERTÊNCIA** – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;
- b) **MULTA** – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 10% (dez por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;
- c) **SUSPENSÃO** – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.2. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.

JOSE
CRISTIANO
VIEIRA
SANTOS:35
672196500

Assinado de forma
digital por JOSE
CRISTIANO VIEIRA
SANTOS:35672196
500
Dados: 2021.08.13
15:27:58 -03'00'

Av. Senador Leite Neto, 80 – Centro – CEP: 49.890-000 – Nossa Senhora de Lourdes – SE
CNPJ 13.113.766/0001-24 - Telefone (79) 3316.1195/1234





ESTADO DE SERGIPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE LOURDES

9.3. A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 9.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

9.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas oriundas do objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos orçamentários do Orçamento previsto de 2021, da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora de Lourdes, com dotação suficiente, obedecendo a seguinte classificação, conforme abaixo:

UO: 00401 Secretaria Municipal de Educação

Ação: 12.361.0004.2014 Manutenção do Ensino Fundamental

Ação: 12.365.0004.2013 Manutenção da Educação Infantil

Ação: 12.361.0004.2020 Manutenção do Salário Educação - SAE

Elemento de Despesa: 3390.30.00.00 Material de Consumo

Fonte de Recursos: 10010000/11110000/11200000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, seguindo as disposições contidas na Lei Nº 8.666, de 1993, na Lei Nº 10.520 de 2002 e demais normas federais de licitações.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1 - No interesse da Administração, o valor inicial atualizado deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

12.1.1 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os aumentos ou supressões que se fizerem necessários.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1- A rescisão contratual poderá ser:

13.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

13.1.2- Amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para esta Administração Pública;

13.1.3- Judicial nos termos da Legislação.

13.1.4- A **PREFEITURA** se reversa o direito de a qualquer momento, por interesse público, rescindir, o presente Contrato, sem que a ela caiba qualquer tipo de indenização, salvo pagamento dos materiais comprovadamente entregues, mediante simples notificação extra judicial à **CONTRATADA**, com antecedência mínima de 48(quarenta e oito) horas.

13.2 - Constituem motivo para rescisão do contrato:

13.2.1 - O não cumprimento das cláusulas contratuais e especificações;

13.2.2 - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais e especificações;

13.2.3 - A lentidão de seu cumprimento, levando a **PREFEITURA** a comprovar a impossibilidade da conclusão da entrega total do objeto contratado.

13.2.4 - A paralisação injustificada do fornecimento;

13.2.5 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

13.2.6 - O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.2.7 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da licitante;

13.2.8 – O atraso no pagamento das faturas devidas por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, posteriores ao seu vencimento.

JOSE
CRISTIANO VIEIRA

Assinado de forma
digital por JOSE

VIEIRA

CRISTIANO VIEIRA Av. Senador Leite Neto, 80 – Centro – CEP: 49.890-000 – Nossa Senhora de Lourdes – SE

SANTOS:35

SANTOS:35672196

CNPJ 13.113.766/0001-24 - Telefone (79) 3316.1195/1234

672196500

500

Dados: 2021.08.13

15:28:29 -03'00'





**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DE LOURDES**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Contrato será competente o Foro de Nossa Senhora de Lourdes/SE, da Comarca de Gararu, Estado de Sergipe, com a renúncia a qualquer outro, por mais especial que seja.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada o presente Contrato que, lida e achada conforme, e assinada em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada uma via na Comissão permanente de Licitação deste Município.

Nossa Senhora de Lourdes (SE), 13 de agosto de 2021

**LAERTE GOMES DE ANDRADE
PREFEITURA MUNICIPAL
CONTRATANTE**

**JOSE CRISTIANO VIEIRA
SANTOS:35672196500**

Assinado de forma digital por
JOSE CRISTIANO VIEIRA
SANTOS:35672196500
Dados: 2021.08.13 15:28:44 -03'00'

**JOSE CRISTIANO VIEIRA SANTOS
JKM COMÉRCIO INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES E SILK SCREEN LTDA
CONTRATADA**

Testemunhas:

Rozelaine Vieira de Sa RG Nº. 2.183.394-10

Alex Gomes dos Santos RG Nº. 3.506.104-9